

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data _____/_____/_____
cod <u>I40 60234</u>

Excelentíssimo Senhor JOSCHKA FISHE
Ministro do Exterior da República Federal da Alemanha

Nós, representantes de ONGs e movimentos sociais da Amazônia Brasileira, agradecemos sua visita à nossa região e o convite feito a nós por Vossa Excelência.

Queremos nessa oportunidade compartilhar algumas reflexões e sugestões sobre a cooperação entre o Brasil e a Alemanha no âmbito do PPG-7.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO

Como é do seu conhecimento o PPG-7 como um todo tem tido um baixíssimo desempenho no uso dos recursos financeiros e na execução dos seus projetos. Aqueles que funcionam são os que têm uma maior participação da sociedade civil na sua gestão e execução, basicamente o PD/A. Os demais se perdem em meio a instrumentos de controle e gastos ineficientes que resultam de um excesso de burocracia, de um planejamento de longo prazo rígido e que não tem espaço para as lições aprendidas, e de um excesso de consultorias desvinculadas da realidade onde os projetos são implementados.

Além disto, o governo brasileiro tem dado pouca prioridade política à aprovação no Congresso Nacional dos instrumentos legislativos necessários para o funcionamento do projeto.

Especificamente com relação à cooperação alemã, estamos cientes da grande preocupação com o destino das verbas provenientes dos contribuintes de seu país, preocupação que também é nossa, sociedade civil brasileira. Infelizmente, sentimos que as providências tomadas para efetivar este controle acabam criando obstáculos justamente para os atores sociais que mais se empenham em tornar o Programa uma realidade, além do custo que acarretam.

SUGESTÕES

Consideramos que uma maior participação da Sociedade civil nas instâncias de decisão e no processo de gestão do Programa como um todo poderia trazer benefício à todos os envolvidos. Isto exigiria um novo formato jurídico e administrativo mais ágil e transparente.

Consideramos também que uma maior cooperação entre os povos da Alemanha e do Brasil, diretamente através das entidades da sociedade civil, poderia reforçar e complementar a atuação de PPG-7, ajudando a atingir com mais eficiência os objetivos originais do Programa.

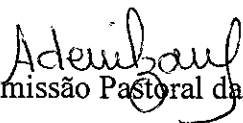
DENÚNCIA

Aproveitamos a oportunidade para mais uma vez manifestarmos apoio à conclusão das demarcações das terras indígenas, tal como determina a Constituição Federal. Muito embora tenham ocorrido progressos significativos a este respeito nos últimos anos, com decisões acertadas do Governo Federal do Brasil, em grande parte viabilizadas com recursos do PPTAL/PPG-7, ainda persistem interferências políticas regionais contrárias à demarcação destas terras, provocando atrasos e, em alguns casos, ameaças de retrocessos. Os casos mais graves neste momento estão acontecendo em relação à demarcação de terras indígenas na Amazônia Brasileira são: Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, e Vale do Javari, no Estado do Amazonas.

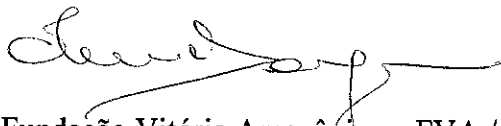
Manaus, 25 de Junho de 1999.



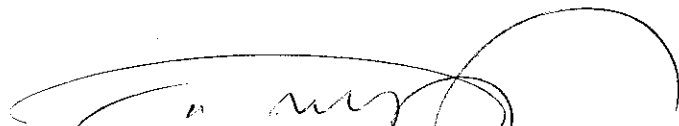
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB




Comissão Pastoral da Terra – CPT / GTA



Fundação Vitória Amazônica – FVA / GTA



Associação para o Desenvolvimento Coercivo da Amazônia – ADCAM / GTA



Instituto Socioambiental – ISA



FETAGRI / GTA